

Memória ressentida: entre o heroísmo e o esquecimento, os norte-rio-grandenses reescrevem e inscrevem sua história no pós-1930.

HELICARLA NYELY BATISTA DE MORAIS*

No ano de 1930, um grupo de políticos e intelectuais ligados às forças oligárquicas, liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros, é forçado a sair do Rio Grande do Norte, instalando-se no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Esses homens organizaram uma resistência ao regime de interventorias no Rio Grande do Norte. Por meio da escrita, realizaram um processo de reintegração e de reapropriação em relação ao estado, movidos por um sentimento de injustiça materializado em artigos de jornais e livros publicados ao longo de décadas, resultando num discurso que envolveria e protegeria todo esse grupo. Pretende-se analisar a versão do passado produzida por esses homens, mobilizando categorias como memória, ressentimento e cultura política, atentando para a produção da escrita e da memória como elemento fundamental na compreensão da leitura do passado e de uma identidade que esse grupo desejava fixar.

O passado como narrativa: anos 1930 no Rio Grande do Norte, “História de uma campanha”.

De 1930 a 1935, foram inúmeros os acontecimentos que sacudiram a política norte-rio-grandense. Do golpe à eleição do primeiro governador constitucional, muitas idas e vindas, alianças, troca de interventores e favores deram cor, movimento e densidade à história desse período, no estado, marcada pelo conflito, a partir do que foram desencadeados acontecimentos que fizeram se configurar heróis e inimigos. A chegada dos interventores fez surgir a repulsa ao inimigo estrangeiro que tirava o poder aos norte-rio-grandenses que comandavam a política, todos pertencentes às forças oligárquicas que o Golpe de 1930 pretendia derrubar. É fato que durante todo o período de interventoria as forças representantes do governo central e os membros das antigas oligarquias disputaram o poder. Os interventores eram o novo regime, tinham tomado assento no poder. Mas as antigas lideranças políticas tinham o prestígio, a tradição, o poder sobre os redutos eleitorais que comandavam desde o Império. No Rio Grande do Norte, os grandes nomes da política quando

* Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro PPGHIS/UFRJ, Doutorado, bolsista Capes.

as tropas tenentistas chegaram ao poder eram Juvenal Lamartine e José Augusto Bezerra de Medeiros, pertencentes à mesma família de produtores de algodão na região do Seridó, donos do dinheiro, donos da política. Até a segunda metade do século XIX, a maior fonte de renda do estado do Rio Grande do Norte era o açúcar, produzindo barões, deputados e presidentes de província. Com a crise do açúcar, intensificada no início do século XX, os produtores de algodão da região do Seridó assumem a liderança econômica e política ¹.

A República chega ao Rio Grande do Norte pelas mãos de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, um dos senhores do açúcar, figura que se consolida no poder até o início dos anos 1920, quando o declínio dos engenhos e o processo malfadado de modernização da produção e implantação das usinas abrem caminho para o avanço da cultura algodoeira, que tomaria o lugar do açúcar na receita do estado. No entanto, Pedro Velho, que é tratado pela historiografia clássica como o grande líder republicano no RN, mas que aderiu ao regime quase na última hora (sendo considerado pela historiografia atual quase um republicano de ocasião), precisava do apoio dos grandes grupos políticos para consolidar a República e tratou de trazer para seu lado os opositores, monarquistas que já não viam como vencer os ímpetus republicanos, como José Bernardo, produtor de algodão, avô de José Augusto. Para esses homens não interessava ficar distante do poder. A República deu caras e nomes novos ao poder no Rio Grande do Norte, mas ainda atrelados às velhas figuras.

O quadro se repete com as mudanças ocorridas na configuração política do RN, a partir de 1930. Juvenal Lamartine, governador eleito em 1928, substituindo José Augusto, não ficou no Rio Grande do Norte para receber os “revolucionários”. Rumou para o exílio na Europa. A maioria dos seus auxiliares e colaboradores seguiu para o Rio de Janeiro, acompanhando José Augusto, que, à época, era senador eleito pelo Rio Grande do Norte, também deposto. Nos primeiros tempos de interventoria, o clima é de grande tensão. São

¹ Para compreender o processo de declínio da produção açucareira e ascensão do algodão na economia norte-rio-grandense ver: TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB, ETENE, 1985. (Documentos do Nordeste); MACEDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005; MORAIS, Helicarla. *Três rios dentro de um homem: Nilo Pereira em Imagens do Ceará-Mirim*. Natal: EDUFRN/Sebo Vermelho, 2009, p. 27-57 (cap. 1 O vale, o açúcar e a técnica).

vários os interventores nomeados, cinco em apenas dois anos. Os enfrentamentos são marcados pelas disputas que se davam, em grande medida, pelos jornais. O grupo que seguiu para o Rio de Janeiro tinha papel fundamental nos embates entre os interventores e as forças derrubadas. Tinham a seu dispor jornais como o matutino carioca *Diário de Notícias*, dirigido por Dioclécio Duarte, um dos norte-rio-grandenses que seguiu em 1930 para a Capital Federal. O jornal da situação, em Natal, *A Republica*, era usado para retrucar as críticas sofridas pelos interventores. A partir de 1933, os oposicionistas ganham uma representação também no Rio Grande do Norte, o jornal *A Razão*, que se configurava numa oposição clara àquilo que *A Republica*, associada à República dos estrangeiros, representava no Rio Grande do Norte, descrita, muitas vezes, como uma canalha que, se aproveitando de um discurso moralista, tomara o poder e se firmava sob as mesmas condições que censurava no antigo regime.

O grupo decaído em 1930 era formado em sua grande maioria pelos representantes dos produtores de algodão da região do Seridó, como José Augusto e Lamartine, ganhando novos reforços vindos da ala dos produtores de açúcar, antigos monarquistas vencidos pela República, como Leopoldo Raposo da Câmara, líder político na cidade de Ceará Mirim. Os dois grupos representantes de momentos políticos e econômicos distintos se unem em nova aliança, dessa vez contra os inimigos estrangeiros que se instalavam a custa da deposição das velhas alianças, abrindo caminho para o início de um período conflituoso, tenso, em que novos enfrentamentos se davam em novas disputas pelo poder. Ainda há uma zona de escuridão em torno da natureza desses conflitos, das alianças e das disputas travadas entre os grupos litigantes. Versões que se contradizem, momentos e instâncias marcados por dinâmicas diferentes de enfrentamento. Há relatos de disputas e campanhas violentas entre os interventores e o grupo decaído liderado por José Augusto, como podemos observar a seguir:

A passagem de Dr. José Augusto, em dias de julho, por Goianinha, de regresso do Rio de Janeiro, deu azo a que a soldadesca ali destacada violasse, num repente de brutalidade, a Constituição que vigorava apenas há uma semana. Na 'gare' da estação, o eleitor populista Pedro Antônio, que se munira de uma ordem de *habeas corpus* preventivo em virtude de reiteradas perseguições anteriores, foi preso e arrastado ao xadrez local, onde ficou incomunicável, pelo fato de ter erguido um viva ao seu Partido no instante em que chegava o trem aguardado pelos amigos de Dr. José Augusto (BARBOSA, 2008: 94).

O relato é de Edgar Barbosa, que descreve acontecimentos que marcaram a eleição do primeiro governador constitucional, mencionando a passagem da caravana liderada por José Augusto pelas cidades do interior do Rio Grande do Norte em campanha por Rafael Fernandes, candidato do Partido Popular, que fazia oposição a Mário Câmara, interventor que lançara candidatura ao cargo. Há outros relatos de mortes, tiroteios e prisões, como aparece na narrativa sobre comício realizado no município de Parelhas pela comitiva de José Augusto. Vejamos:

A comitiva populista chegou a Parelhas de tarde e deu início ao comício que anunciara. Discursaram, entre outros, os srs. José Augusto, Renato Dantas, Ivo Trindade, Hilarino Pereira e pe. Vicente de Freitas. No momento em que terminava o comício, os criminosos romperam fogo contra a multidão desarmada. Passados os primeiros instantes de estupefação, o povo procurou resistir ao brutal ataque, servindo-se do armamento do tiro de guerra local (BARBOSA, 2008: 100).

Havia ameaça de que, chegando à cidade, os caravaneiros seriam impedidos de realizar o comício a mando do interventor, que teria contratado criminosos para tal feito, como informa telegrama enviado a Mário Câmara pelo chefe populista em Parelhas, Florêncio Luciano: “Parelhas, 13 - Urgente – Acabo ser intimado criminoso Pichico e outros capangas para não ser feito comício hoje por aqui, ameaçando dissolver a bala, enquanto está distribuindo armas e munições. Mais uma vez responsabilizamos V. Exa. Tudo possa acontecer impedir comício” (BARBOSA, 2008: 100). O clima parecia bastante nervoso e desfavorável para o grupo de José Augusto, vítima de violências financiadas pela máquina governista: “O combate de uma gente quase inerte contra bandoleiros bem armados e municados, durou cerca de duas horas, sendo ferido o caravaneiro Renato Caldas e um atirador parelhense. Na trincheira dos bandidos foi encontrado morto o alcunhado ‘sabiá’” (BARBOSA, 2008:100). Mas a situação parecia se inverter a favor dos caravaneiros, pois “esses ataques à liberdade tinham, afinal, uma consequência: afervoravam ainda mais o entusiasmo da brava gente, sofredora e heróica” (BARBOSA, 2008: 94).

É importante observar que o heroísmo, a bravura, o sofrimento não são características utilizadas aqui para designar apenas o povo que vivia nas cidades por onde passava a caravana. Os qualificativos eram destinados com maior empenho e vigor aos caravaneiros, àquele que os chefiava, a José Augusto, que aparece como defensor de toda essa gente, conduzindo “O imenso entusiasmo, a luminosa lição democrática com que o Partido

Popular caminha para a vitória”, ao passo que “por todos os ângulos do País: ninguém opunha dúvidas ao resultado final” (BARBOSA, 2008: 97).

O parágrafo do qual foi retirada essa citação trazia ainda outras informações importantes: “as colônias de rio-grandenses do norte fixadas em diversos pontos do Brasil vinham trazer, através de telegramas, o seu apoio ao belo conjunto de vontades que seguiam para as urnas a fim de arrancar o Rio Grande do Norte de mãos indignas”. Entram em cena dois personagens principais, o inimigo estrangeiro, designado pela expressão “mãos indignas”, e a influência de um outro estado na configuração política que se desenrolava aqui, o Rio de Janeiro, de onde vem os telegramas de apoio mencionados na passagem anterior, tendo como destinatário José Augusto: “Rio, 26 (julho) - confiantes na ação do eminente amigo em defesa dos superiores interesses da nossa querida terra, desejamos muitas felicidades, (aa) Vicente Fernandes, Dioclécio Duarte, Rafael Fernandes, Alberto Maranhão, Henrique Castriciano, Eloy de Souza, Adauto da Câmara” (BARBOSA, 2008: 97). O Rio de Janeiro entrava em cena como o lugar de onde se articulavam as forças decaídas no RN, de onde se orquestravam todos os movimentos que culminariam nos acontecimentos descritos nas citações, que se encaminhavam no sentido de reintegrar José Augusto e o grupo liderado por ele aos postos decisivos da política do estado, retirando daqui a influência perniciosa do inimigo estrangeiro.

Contraditório é dizer que o inimigo estrangeiro de mãos indignas nesse momento tem as feições de um norte-rio-grandense, Mário Câmara, nomeado interventor sob a chancela do grupo de José Augusto, mas que já não atendia aos seus interesses, tornando-se ainda mais estrangeiro do que os demais interventores nomeados antes dele, pois, na opinião dos decaídos, voltava-se contra o seu próprio povo. É importante observar que havia versões contraditórias em relação à posição de Getúlio Vargas sobre os acontecimentos no Rio Grande do Norte: “Nas alturas da política federal, as coisas marchavam ao gosto da interventoria”, com a eleição do “ditador para o quadriênio constitucional”. O interventor, a despeito do que dizia a nova constituição, tentava eleger-se. E o governo federal “o olhava paternalmente” (BARBOSA, 2008, p. 98). Telegrama dos deputados populistas na Câmara ao Diretório do partido em Natal afirma o contrário:

Rio, 10 – Acabamos de conferenciar longamente Presidente Getúlio sobre situação Estado. S. Exa., reafirmando declarações anteriores, autorizou-nos desmentir notícias aí propaladas qualquer interferência sua na fundação partido oficial ou solidariedade atitude opressiva interventor, cujos processos reprova, estranhando propaganda exploração seu nome. Adiantou-nos podermos tranqüilizar Estado tomadas todas providências enérgicas cessação violências (BARBOSA, 2008: 99).

Essas duas afirmações estão presentes em um mesmo autor, o cronista responsável pela narrativa que dava contas do processo eleitoral de 1934 e 1935, no Rio Grande do Norte, que parece descrever um cenário de guerra, com trincheiras, mortos, feridos, atiradores, heróis, inimigos. Mas trata de uma campanha eleitoral, a última liderada pelo Partido Popular, fundado em 1932 para representar as forças decaídas no Rio Grande do Norte, formado pelos antigos membros do Partido Republicano Federal. O Partido Popular participou das eleições da Constituinte e da primeira eleição constitucional depois do golpe de 1930, eventos que elegeram, em sua grande maioria, seus candidatos, o que evidencia o poder e o prestígio que os homens retirados dos cargos de comando em 1930 ainda detinham no Rio Grande do Norte, encabeçando campanhas, liderando eleições, dando mostras de que as relações e o prestígio que os mantiveram no comando da vida política, econômica e intelectual do estado durante décadas ainda surtiam efeito considerável na condução dos destinos do Rio Grande do Norte.

Esse grupo obrigado a deixar o poder e o estado em 1930 é formado por políticos e intelectuais que vão usar a escrita como instrumento de luta nos embates estabelecidos. A princípio, essa escrita é veiculada pelos jornais, como já foi explicitado. Num segundo momento, cessadas as campanhas, as caravanas, os comícios e tiroteios, tem início uma outra faceta do combate. Tem início a produção de uma bibliografia que tem o Rio Grande do Norte e a história política do estado nos anos 1930 como principal tema. O primeiro livro dessa tradição foi *História de uma campanha*, do qual retiramos todos os relatos que fomentam a nossa narrativa. Deixaremos que José Augusto explique o motivo maior da publicação do livro:

A última campanha eleitoral em que se empenhou o Partido Popular e da qual resultou o seu definitivo triunfo, com a eleição da maioria de sua bancada na Câmara Federal e na Assembléia Constituinte Estadual e, posteriormente, a escolha por essa última do 1º Governador constitucional do Rio Grande do Norte e dos seus dois Senadores federais, reclamava um historiador (BARBOSA, 2008:31).

Essa é a fala do fundador, do presidente de honra do Partido Popular para definir o livro e seu autor, o cearamirinense Edgar Barbosa, que em 1930 era um dos redatores d'*A Republica*, jornal a serviço do Estado, postos na rua. Cria-se ao longo do tempo um sentimento de queixosa indignação que ecoava na fala desses homens. Nilo Pereira, intelectual cearamirinense que também foi obrigado a deixar o estado depois do golpe, indica por onde caminha esse discurso: “Veio a Revolução de 1930, nós fomos despachados, nós redatores [...] nós colaboradores [...] fomos despachados por uma nota oficial d'*A Republica* como quem despacha uns aventureiros, uns homens que estavam desfrutando do poder” (Memória viva, 1983). Como quem responde a uma grande ofensa, ele sentenciou: “Como as coisas se escrevem [...], como as coisas são ditas, como o tempo se encarrega de reajustar os conceitos”. E na justificativa de tal assertiva, inocenta os homens que foram destituídos de seus postos como corruptos que, para ele, jamais o foram: “Nós estávamos ali como uns líricos, uns idealistas, uns estudiosos, uns homens que estavam se preparando para a vida pública, geralmente estudantes de Direito” (Idem).

O discurso de Nilo Pereira, que é uma espécie de ato final do que vemos em *História de uma campanha*, demonstra como as designações de políticos e intelectuais andam entrelaçadas no momento e objeto aqui estudados. O próprio José Augusto destacou-se em sua gestão (1924-1928) por passar mais tempo na redação d'*A Republica*, levando seus artigos, discutindo sobre o que acontecia no estado, do que despachando em seu gabinete. Os que ocupavam os postos administrativos eram também os que circulavam pelas redações dos jornais, por isso o conceito de intelectuais como leitores especiais da sociedade, como importantes atores sociais, é tão importante para a compreensão dessa relação tão íntima entre política e intelectualidade no Rio Grande do Norte, mesmo antes do momento evidenciado aqui.

Nilo Pereira é mencionado aqui como autor de parte do discurso que vai sendo construído por José Augusto, Dioclécio Duarte, Juvenal Lamartine, Adauto da Câmara, entre outros, inaugurado oficialmente por Edgar Barbosa. Edgar e Nilo, além de homens de imprensa, típicos intelectuais de formação humanista do início do século XX, mantinham

estreitas relações com o grupo político defendido em seus livros, principalmente com José Augusto. Nilo escreveu a biografia do político norte-rio-grandense, de quem recebeu o primeiro cargo público, quando ainda era um adolescente; Edgar foi designado por ele historiador do civismo norte-rio-grandense, sendo ambos colaboradores d'A *Republica* em 1930. O livro de Edgar Barbosa foi publicado em 1936, logo após a campanha da qual ele foi feito narrador. Nilo Pereira escreve a biografia *José Augusto: um democrata*, na década de 1980, quase cinqüenta anos depois do seu amigo de infância lançar o primeiro livro de uma tradição construída a cada livro, a cada discurso, a cada fala que se constituía sobre a década de 1930 no Rio Grande do Norte, entre eles dezenas de publicações *Como exerci o meu mandato*, de Dioclécio Duarte, *História de Nísia Floresta*, de Aduato Câmara, *Cenários municipais*, de Amphilóquio Câmara, *Meu governo*, de Juvenal Lamartine, *Porque sou parlamentarista* e *Famílias seridoenses*, de próprio José Augusto. Deixemos que ele continue nos apresentando a matéria de que trata o livro de Edgar Barbosa, que mais nos interessa aqui:

História de uma campanha -, escrito em linguagem serena e elevada, num estilo a revelar um escritor de raça, é um manancial abundante de documentação e informações, cuja leitura precisa ser feita, sobretudo pelas gerações novas de nossa terra, para aprenderem a amar e querer cada vez mais o solo em que nasceram e cujos filhos deram, no transe amargo e angustioso por que passaram, as demonstrações mais cabais de uma resistência, de uma impavidez, de uma bravura cívica de que só são capazes os povos superiores e viris (BARBOSA, 2008:31).

As palavras de José Augusto são usadas exatamente com a mesma função empregada aqui, a de apresentar o livro e os seus desígnios, sendo ele seu prefaciador, construindo discurso banhado no telurismo, na bravura de sua gente, nas qualidades nobres e fortes de sua terra, transmitidas também àqueles que ali nasceram, caracterizados com distinção por termos devidamente escolhidos pelo político, também escritor, para causar o impacto desejado: impavidez, bravura, superiores, viris. Essas são as características da gente nascida em solo norte-rio-grandense. E mais, são as características daqueles que resistiram. O prefácio de José Augusto é uma exortação, chamando as gerações futuras a conhecerem e reconhecerem a bravura daqueles que protagonizaram a resistência mencionada por ele, a lerem o livro, a versão contada por eles. É uma clara demonstração da força daqueles que, refletindo sobre a sociedade, sobre determinado período, tomam para si o direito de escrever e inscrever-se na história, os intelectuais.

José Augusto e o grupo que ele liderava, políticos e intelectuais norte-rio-grandenses decaídos em 1930, tomam para si o papel de historiadores, não somente da campanha de 1934-1935, mas de todo o período que constitui a história política do Rio Grande do Norte durante toda a década de 1930 até o início dos anos 1940. Outros, até a década de 1990, jamais escreveram sobre tal período. Mesmo não tendo sido reintegrados aos altos cargos de comando no estado, eles se tornaram donos dessa história, determinando os termos, os qualificativos, as narrativas que deveriam designá-la, as que aparecem nos parágrafos anteriores, as que dão forma ao livro de Edgar Barbosa e desencadeiam dezenas de outras publicações sobre os acontecimentos de 1930 e sobre as “coisas” norte-rio-grandenses. Eles tomam para si a missão de guardar na história as versões, as memórias que deveriam ser lembradas, que deveriam ser contadas, aqueles que mereciam ser lembrados:

a campanha de que resultou a vitória popular foi em nosso Estado um verdadeiro divisor de águas: de um lado, ficaram todos os capazes de se deixar conduzir por móveis subalternos, desde os criminosos até os poltrões, acomodaticios, subservientes, almas de escravos, incapazes de qualquer reação cívica; do outro lado, tudo quanto temos de expressivamente nobre e elevado, os que trabalham, os que produzem, os que, esquecidos de si, pensam apenas no progresso, na paz, na tranquilidade da terra comum. [...] Foi uma luta encarniçada e cruel entre o Direito, que é a luz, que é o bem, e a tirania, que é a treva, que é o mal (BARBOSA, 2008: 31-32).

Há muita sombra ainda em torno das relações dos personagens mencionados e de seus posicionamentos e ações durante o pós-1930, como já foi afirmado anteriormente, mas o que está muito claro, o que está posto, é o discurso construído por eles, dividindo os norte-rio-grandenses entre os que lutaram e os que se acomodaram ao regime de interventorias, entre a luz e a escuridão, entre o bem e o mal:

Venceu, como não podia deixar de acontecer, a causa do Direito e do Bem, e o Partido Popular teve a glória de ser o coordenador, sem desfalecimentos de qualquer de um dos seus componentes, a elite moral de nossa terra, desse imenso potencial de energias cívicas, de que deram provas irretorquíveis os norte-rio-grandenses, hoje respeitados no seio da Pátria, que nos aponta como modelo a ser seguido pelos que quiserem servi-la das alturas morais em que soem colocar-se os povos sadios (BARBOSA, 2008: 32).

O livro prefaciado por José Augusto foi reeditado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2008, saindo pela Coleção História Potiguar, em comemoração pelos 50 anos da Universidade, considerado de extrema importância para o entendimento da formação histórica do Rio Grande do Norte, atendendo o grande desejo da figura que o inspirou, sendo

ainda a última palavra sobre os acontecimentos da década de 1930, no estado, arrematando sua última e maior vitória.

Aos “vencedores”, a palavra: memória, mito e ressentimento...

Todos esses acontecimentos e personagens se entrelaçam numa versão sobre o passado construída por um grupo que construía para si uma identidade, uma memória, uma história, tomando como ferramentas a escrita e o ressentimento, mobilizados em prol da construção dessa identidade e dessa memória, associando cultura histórica e cultura política. Ou seja, o poder da escrita e da memória mobilizados por um fim político constitui-se numa estratégia legitimadora intimamente associada a uma política cultural empreendida por esse grupo que desejava voltar ao poder, permitindo a eles formular “explicações, interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista”, levando em consideração “percepções, vivências, sensibilidades” (GOMES, 2007: 48), permitindo a nós, a partir da análise do período investigado, reconhecer todos esses elementos na trama costurada por eles.

O esforço de produção da escrita que os decaídos de 1930 empreenderam logo depois da deflagração do golpe e levaram adiante nas décadas posteriores, expressa, além do desejo de reapropriação e reintegração ao lugar de origem, o início de um processo que teria como principal resultado um discurso que envolveria e protegeria todo o grupo, evidenciando um desejo de recuperação do passado e de uma identidade que esse grupo queria fixar, o que nos faz caminhar na perspectiva de Serge Berstein, para quem a cultura política é plural, podendo variar de acordo com grupos, espaço e tempo, caracterizando-se como um importante instrumento de entendimento da realidade (BERSTEIN, 1998). Essa leitura do passado pode gerar imagens positivas ou negativas de determinados períodos, personagens, eventos, o que envolve “um ‘enredo’ – uma narrativa – do próprio passado, podendo-se então conformar uma cultura histórica articulada a uma cultura política” (GOMES, 2007: 48), como percebemos nos textos produzidos pelos norte-rio-grandenses que saíram do estado em 1930, principalmente em *História de uma campanha*.

Esses homens que se julgavam injustiçados, desterrados da terra e do poder, puseram-se a escrever sobre o lugar o qual foram obrigados a deixar. Nessa escrita estão

formuladas e disseminadas suas versões sobre o movimento, sobre a história do lugar. A partir dessa escrita ressentida e reivindicatória, percebemos que há em torno do movimento de 1930 no Rio Grande do Norte uma versão partilhada por um grupo que investiu de maneira sistemática na consolidação e propagação das versões contadas por eles. Um grupo que, de fora do estado, lança mão dos mesmos recursos que o regime varguista vai utilizar para legitimar-se no poder: o poder da escrita e da memória a serviço de um grupo político que desejava voltar ao poder.

O tom assumido nessas versões é predominantemente o do *ressentimento*, que, aliado à memória, apresenta sua faceta mais substancial para a história. Os elos entre memória e “esse sentimento negativo mal resolvido, motivador da inércia, mas também desencadeador de atitudes afirmativas”, podem se desdobrar em várias direções: “a das relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais, sua afetividade e as práticas sociais; a da construção de identidades pessoais, de grupos e de nações, identidades densamente alimentadas, cultivadas e acalentadas por cargas afetivas” (BRESCIANI, 2004: 10), como evidenciamos na escrita elaborada pelos *decaídos de 1930*.

O processo de elaboração e reelaboração desse passado envolve “uma leitura do passado”, seja ele “histórico, mítico ou ambos”, como Girardet nos ajuda a compreender no seu estudo sobre mitologia política. No Rio Grande do Norte, uma aura mítica envolve a política nos anos 1930, fazendo emergir as figuras que se consolidariam na história política do estado como os grandes líderes do soerguimento da força norte-rio-grandense, de onde se eleva um personagem principal, José Augusto, eleito herói da resistência ao novo sistema, que tomaria o estado das mãos estrangeiras, do inimigo desagregador, e restabeleceria a ordem. Para compreender o processo de construção desse discurso, faremos uso do conceito de mito político de Girardet, que o traduz como “uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade” (GIRARDET, 1987: 83) que surge sempre em períodos de crise, de insatisfação com a ordem vigente, configurando inimigos e heróis em busca de uma nova ordem, de uma nova unidade, circunstâncias vivenciadas no Rio Grande do Norte no pós-1930.

A emergência do mito se dá com maior intensidade em sociedades conflituosas, atravessadas por tensões de todas as ordens, vivendo um período de mudanças: mudanças nas crenças, nos valores, na técnica, no ritmo de vida, no sistema político. Torna-se, então, imprescindível apoiar-se em algo para não sentir o chão fugindo-lhe sob os pés, é preciso engendrar explicações para a decadência, para os conflitos. É preciso transformar a entidade abstrata do medo que ronda essa sociedade em inimigo palpável, contra o qual se possa combater. É preciso criar heróis que os combatam, que guiem a luta contra o inimigo. É preciso ainda que haja um desejo coletivo que guie para um mesmo fim e um mesmo lugar: o desejo de reconstituir a comunhão, a ordem, mobilizando desejos, anseios, necessidades, e medos. Nesse momento, impõe-se a função social do mito, que desempenha, para a história, um papel de revelador dos sonhos, das debilidades, desordens e sofrimentos, de revelador de uma realidade fragmentada, onde o indivíduo está perdido, circunstância propícia para o surgimento de um modelo integrador, que une e abriga num mesmo sentido. Aqui aparece de forma evidente a função social do mito, quase um expediente da normalidade: ele explica, dá nomes e rostos ao mal, aos medos de uma época, de uma sociedade, de um grupo. Assim, personificados, eles podem ser afrontados e desafiados, combatidos. Em contexto semelhante a esse surgem as figuras heróicas de José Augusto e dos homens que lutaram ao seu lado na campanha de 1934-1935 para retirar de vez o estado das mãos do inimigo estrangeiro.

Nos estudos dos grandes intelectuais que se arvoravam o papel de historiadores do lugar, como Cascudo, os acontecimentos relatados pelos decaídos não são mencionados, centrando suas análises sempre num Rio Grande do Norte muito vivo no Império e na Primeira República, saltando o período das inúmeras interventorias que governaram o RN no intervalo observado, apesar dos sucessos das campanhas envolvendo as velhas forças decaídas e os interventores varguistas nesse período. Há um esquecimento proposital em relação a esse momento da história do Rio Grande do Norte, espremido entre os auspícios da Primeira República e as implicações da II Grande Guerra para o estado. A escrita e a memória são mobilizadas por esses indivíduos que parecem esquecidos pela historiografia clássica para apagar e reacender personagens e acontecimentos, por isso são compreendidas aqui como dimensões fundantes. Tomando como fonte e objeto uma escrita marcada por aspectos memorialísticos e biográficos, impõem-se uma preocupação central com o processo de

construção da escrita, que, por conseguinte, evoca essa outra dimensão primordial da história, a memória, compreendida, aqui, a partir da concepção de Paul Ricoeur, como o caráter matricial da história, que, evidenciando ainda seu caráter dual, leva-nos a pensar que, ao mesmo tempo, a memória tem como referente último o passado, mas sofre sensível interferência da realidade de onde se invoca esse passado. Desse modo, é possível perceber que precisamos lidar com a memória como construção humana, elaboração do intelecto, principalmente a memória de um grupo de políticos e intelectuais como os nossos *decaídos*, que têm na ferramenta da escrita mais um elemento de mediação entre o ocorrido e o rememorado.

Talvez esse esquecimento da historiografia clássica em relação aos *decaídos* e ao contexto político no qual estavam inseridos possa ser explicado como mais uma de suas vitórias, como se os grandes nomes da historiografia local não lhes quisesse tomar o papel de historiadores do pós-1930, no Rio Grande do Norte.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha: notas, fotografias e documentos do último pleito político norte-rio-grandense, 1934-1935*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2008.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas, confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

_____. *História da República do Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador*. Rio de Janeiro: GB, 1965.

COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro Ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária, 1995.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PEREIRA, Nilo. *José Augusto B. de Medeiros: um democrata*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

_____. *José Augusto B. de Medeiros: um democrata*. Natal: Fundação José Augusto, 1983, v. 2.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007.

RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Mídias Digitais

Memória Viva. TV Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1983.